

REDES AGROALIMENTARES ALTERNATIVAS: ESTUDO DA DINÂMICA DA OCS ECO-BORBOREMA NA PARAÍBA

RAYANA VANESSA ALVES SILVA¹; FLÁVIO SACCO DOS ANJOS²; NÁDIA VELLEDA CALDAS³

¹UFPEL 1 – rayana.vanessa@hotmail.com; ² UFPEL – saccodosanjos@gmail.com; ³ UFPEL – velleda.nadia@gmail.com

1. INTRODUÇÃO

Em meio ao processo de mercantilização da terra, trabalho e dinheiro, a agricultura passou a ser mais um setor subordinado à indústria, servindo como mera fornecedora de matéria prima e de alimentos para a população. Assim, a chamada modernização da agricultura, traduzida na vulgarização dos insumos modernos, aprofunda o grau de subordinação ao setor industrial. Esse processo se dá em nível mundial durante os anos 1960 e 1970, passando a denominar-se “revolução verde”.

A modernização da agricultura se dá em meio à consolidação do que Ploeg (2008) denomina grandes impérios alimentares como Carrefour, Wall Mart, Unilever, dentre outros exemplos, os quais constroem cadeias globais de suprimento.

Nos chamados “países em desenvolvimento” o êxodo rural, os danos à saúde dos agricultores e consumidores e a destruição dos recursos naturais são a face visível de um processo que não se interrompe desde a segunda metade dos anos 1960 até os dias atuais. Igualmente tais fatores contribuíram para a “geração de uma verdadeira «falha metabólica» na relação sociedade-natureza, jamais vista em tamanha proporção na história da humanidade” (SCHNEIDER e ESCHE, 2011, p. 204).

Polanyi (2000) já observara as consequências acarretadas pela sociedade de mercado, no período da Revolução Industrial, onde constatou, entre outros aspectos, um intensivo processo de desarticulação social. No entanto, de forma simultânea, tal dinâmica foi governada por um duplo movimento, fundamentado em dois princípios organizadores da sociedade: um movimento de expansão dos mercados (princípio do liberalismo econômico) e de outro lado, um movimento de autoproteção da sociedade, o contramovimento (princípio da proteção social). Logo, os contramovimentos surgiram com intuito de contrapor as ações do mercado sobre os dois elementos da produção: trabalho e terra (POLANYI, 2000).

Há várias formas através das quais se expressam lutas de resistência e ações que poderiam ser definidas como contramovimentos, seguindo o ideário de Polanyi. Desta forma, coincidimos com Schneider e Escher (2011, p. 210) quando asseveraram que tais contramovimentos “estão imersos nas práticas diversas e heterogêneas dos agricultores familiares e camponeses, os quais buscam defender e criar autonomia e melhores condições de vida como respostas locais para problemas globais”.

Estes processos foram ainda mais intensivos no Brasil, visto que, a trajetória da agricultura familiar é fortemente marcada por bloqueios e impossibilidades de desenvolver suas potencialidades enquanto categoria social. Sendo assim, representada por registros de lutas para conseguir um espaço próprio na economia e na sociedade (WANDERLEY, 1999).

Frente à falta de compromisso do Estado com a agricultura familiar, a mesma, em sua maioria, assumiu inúmeras estratégias de reprodução socioeconômica. Tal processo, foi efetivado a partir da criação e recriação de espaços de manobra para a garantia da autoproteção do tecido social, a partir da relação dialética entre os atores e as estruturas em uma interação complexa.

Dentre as estratégias de renovação e adaptação utilizada pelos atores sociais, como espaços de manobra, está a construção social dos mercados imersos ou “aninhados”. Tais processos implicam o surgimento de novos circuitos curtos de comercialização, onde a ênfase está na construção e manutenção da relação/conexão entre produtor-consumidor. Estando a qualidade fundamentada na “construção de valor e significado” do alimento, para além de um simples produto alimentício (MARSDEN, BANKS e BRISTOW, 2000, p. 425).

É dentro deste contexto que emergem as chamadas redes agroalimentares alternativas (*Alternative food networks- AFNs*), assim insurgindo como resposta aos “escândalos agroalimentares e à busca dos indivíduos pela garantia da qualidade e procedência daquilo que consomem” (ANJOS, CALDAS e SILVINI, 2016, p. 131).

No Brasil, as dinâmicas de criação e fortalecimento das AFNs de base ecológica, derivadas de intensivos processos de luta, resistência e diálogo dos grupos sociais e Organizações não Governamentais (ONGs) com o poder público. Arelada a expansão da agricultura orgânica garantiram o alicerce para a firmação do novo marco legal sobre a produção e certificação de produtos orgânicos.

Trata-se da criação do marco legal que instituiu instrumentos jurídicos para a produção e certificação de produtos orgânicos através da aprovação da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003, a qual é regulamentada pelo Decreto nº 6.323 de 27 de dezembro de 2007. O qual concebe duas grandes modalidades de certificação e a modalidade de venda direta para à agricultura familiar. Diante desse cenário surge a necessidade de existência do que se veio a chamar de Organização de Controle Social.

No âmbito da diversidade de OCS's que foram sendo criadas no Brasil está à Associação de Agricultores e Agricultoras Agroecológicas do Território da Borborema – a Eco-Borborema, no estado da Paraíba. A Eco-Borborema-PB foi criada em 2005 e reúne um total de 120 famílias agricultoras agroecológicas de 16 municípios do Agreste paraibano (PRA *et al*, 2016).

O objetivo de nossa pesquisa é avaliar e compreender as dinâmicas inerentes à rede agroalimentar e alternativa Eco-Borborema-PB, a partir do processo da Organização de Controle Social e comercialização. Contudo, como explicitaremos logo adiante este trabalho representa apenas a análise de uma pequena parte do estudo.

2. METODOLOGIA

Partindo do pressuposto de que a metodologia da pesquisa social deve resguardar uma lógica mais dialética e participativa, onde o ponto de partida seja a realidade e o conhecimento local, optou-se por uma abordagem qualitativa, através da pesquisa participante. O método de investigação empírica adotado foi o estudo de caso, visto que é uma estratégia de pesquisa abrangente no trabalho social, onde, segundo YIN (2001, p. 32), o estudo de caso “é um método de investigação empírica que investiga um fenômeno contemporâneo dentro de seu contexto da vida real, especialmente quando os limites entre o fenômeno e o contexto não estão claramente definidos”, sendo que a investigação “enfrenta uma situação tecnicamente única em que haverá muito mais variáveis de interesse do que pontos de dados, e, como resultado baseado em várias fontes de evidências [...]”.

Os instrumentos utilizados para a realização da coleta dos dados consistiram na utilização dos métodos: observação sistemática; diário de campo; entrevista

semiestruturada; Levantamento de dados primários e secundários. As entrevistas serão realizadas pelo método da análise de conteúdo.

Os atores da pesquisa foram compostos por cinco diferentes grupos de sujeitos que atuam direta e indiretamente com a Eco-Borborema (Quadro 1). Para cada grupo de entrevistados foram elaboradas as propostas de roteiros de entrevistas específicos. O trabalho de campo consistiu no acompanhamento das reuniões e atividades desenvolvidas pela OCS, visitas as propriedades selecionadas e realização das entrevistas semiestruturadas com os 5 grupos.

Quadro 1 – Grupos de Entrevistados. Fonte: Trabalho de campo.

Grupos entrevistados	Nº de entrevistas realizadas
Coordenação da OCS	3
Assessoria técnica (AS-PTA ¹ Paraíba)	3
Instituições Intervenientes	3
CPOrg-PB ²	3
Agricultores associados a OCS (CNPO ³)	15
Total	27

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Esta investigação ainda está na fase da transcrição das entrevistas realizadas, entretanto, para a elaboração deste resumo nos servimos das observações registradas em nosso diário de campo.

A partir de nossas observações pode-se constatar que a Eco-Borborema é fruto de uma longa e intensiva trajetória de resistência e luta por direitos no território da Borborema (Mesorregião do Agreste Paraibano), marcada principalmente, com o surgimento do Polo Sindical da Borborema no início dos anos 1990 e pela parceria com a AS-PTA.

Foi um processo iniciado “através da articulação de dois movimentos: o de renovação sindical e o movimento agroecológico” (DELGADO, 2010, p. 44). De acordo com SILVEIRA, FREIRE e DINIZ (2010, p. 16):

[...] o Polo da Borborema passou a se consolidar não só como um ator demandador de políticas públicas específicas, mas fundamentalmente como espaço político-organizativo unificador do conjunto das organizações da agricultura familiar em torno à construção de um projeto comum de desenvolvimento local e de promoção da Agroecologia.

Deste modo, a construção da Eco-Borborema foi alicerçada nos preceitos da agroecologia, fortalecimento da agricultura familiar, diálogo, convivência com o semiárido, luta por acesso aos mercados, soberania e segurança alimentar, educação do campo, empoderamento da mulher e autonomia.

A criação da Eco-Borborema está diretamente ligada ao tema de mercado, com intuito de dinamizar o processo de organização e fortalecimento do acesso a novos mercados pelos agricultores.

Atualmente, a Eco-Borborema vem demonstrando um grande potencial organizativo, visto que, é uma das OCS's do estado da Paraíba que abrange o maior número de municípios (10) e agricultores (114) inseridos no CNPO, conta com uma

¹ Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa.

² Comissões de Produção Orgânica do estado da Paraíba.

³ Cadastro Nacional de Produtores Orgânicos da Paraíba.

rede de 12 feiras agroecológicas e mais uma série de atividades que englobam a produção, beneficiamento dos produtos e a comercialização.

4. CONCLUSÕES

A Eco-Borborema é uma rede agroalimentar alternativa que possui uma diversidade de características, que a coloca na condição de uma organização inovadora de grande relevância socioeconômica e ambiental para a agricultura familiar e o fortalecimento da agroecologia no território da Borborema.

Vale salientar que, enquanto mercado institucional, o PAA⁴ foi fundamental para fortalecer as ações da Eco-Borborema, entretanto, caso venha a se confirmar o fim desta política, representará, sem dúvida, uma grande perda à agricultura familiar.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANJOS, F.S.; CALDAS, N.V. e SIVINI, S. A agricultura familiar no Brasil: caminhos da inovação, espaços de afirmação. **Agroalimentaria**. V.22, nº43, p.119-134, 2016.

DELGADO, N.G. Sociedade Civil, Estado e Protagonismo Institucional no Desenvolvimento Territorial: Avanços e Obstáculos no Caso do Território Rural da Borborema/PB. **Raízes**, Campina Grande, v.28, nºs1 e 2, p.41–51, 2010.

MARSDEN, T.; BANKS, J.; BRISTOW, G. Food supply chain approaches: exploring their role in rural development. **Sociologia Ruralis**, v.40, nº4, p.424-438, 2000.

PLOEG, J.D.V.D. **Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização**. Porto Alegre, UFRGS Ed., 2008, 372 p.

POLANYI, K. **A grande transformação: as origens de nossa época**. Tradução de Fanny Wrabel. - 2. ed.- Rio de Janeiro: Compus, 2000.

PRA, M.; SABOURIN, E.; PETERSEN, P.; SILVEIRA, L. Lógicas e estratégias de comercialização na agricultura familiar do Agreste da Paraíba. **Estudos Sociedade e Agricultura**, v.24, nº1, p.5-27, 2016.

SCHNEIDER, S. ESCHER, F. A Contribuição de Karl Polanyi para a sociologia do desenvolvimento rural. **Sociologias**, Porto Alegre, 13, nº 27, p.180-219, 2011.

SILVEIRA, L. M.; FREIRE, A. G.; DINIZ, P. C. O. Polo da Borborema: ator contemporâneo das lutas camponesas pelo território. **Agriculturas**, v.7, nº1, p.13-19, 2010.

WANDERLEY, M.N.B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J.C. (Orgs.). **Agricultura familiar: realidades e perspectivas**. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. p.23-56.

YIN, R.K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. trad. Daniel Grassi - 2.ed. - Porto Alegre: Bookman, 2001.

⁴ Programa de Aquisição de Alimentos.